

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0013530-71.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Compra e Venda**
 Requerente: **Alberto Paulo Marques Filho**
 Tipo Completo da Parte Passiva Principal: **Nome da Parte Passiva Principal << Nenhuma informação disponível >>**
 << Nenhuma informação disponível >>:
 >>:

Justiça Gratuita

ALBERTO PAULO MARQUES FILHO, interdito, representado por seu curador, pediu autorização judicial para alienar a fração ideal que possui nos imóveis matriculados sob nº 30.153 e 7.570, tanto em razão do custo de manutenção quanto pela necessidade de viabilizar verbas para sua própria subsistência.

O Ministério Público requereu a avaliação dos imóveis.

Em seguida, apresentado o laudo de avaliação, concordou com o pedido de alienação, desde que pelo preço mínimo estimado.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O interdito é proprietário de pequena fração ideal sobre imóveis localizados nesta cidade, convindo a alienação, tanto para desfazimento do condomínio, quanto pela necessidade de gerar renda que auxilie na própria subsistência e eliminar o custo de manutenção dos imóveis.

Obtida a avaliação judicial dos imóveis, a previsão de alienação por preço mínimo evitará prejuízo qualquer, consoante ponderou o Dr. Promotor de Justiça.



P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Diante do exposto, acolho o pedido e autorizo o interdito, representado por seu curador, a alienação a fração ideal de sua propriedade nos imóveis descritos, matriculados sob n.ºs. 30.153 e 7.570, por preço nunca inferior ao da avaliação, respectivamente R\$ 9.160,68 e R\$ 17.890,63, e desde que o valor obtido, pertencente ao interdito, seja previamente depositado em conta judicial, antes da lavratura da escritura definitiva. Expeçam-se alvarás, com tal advertência, com prazo de seis meses de validade, incumbindo ao curador prestar contas dentro de dois meses, inclusive comprovando o valor obtido na venda.

P.R.I.C.

São Carlos, 28 de agosto de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA
--